



Sucessão rural na agricultura familiar no Médio Jequitinhonha/MG

Daniela Luiz Silva¹
Rogério Fernandes Macedo²
Ezequiel Redin³
Thiago Vasconcelos Melo⁴

Resumo: A sucessão geracional na agricultura familiar é o processo de formação e permanência das novas gerações de agricultores. Dessa forma, considerando que a reprodução da agricultura familiar depende do modo como será o processo sucessório, é necessário que haja interesse em permanecer no campo, dando continuidade à agricultura de pequeno porte. O objetivo da presente pesquisa é identificar, de forma inédita, no território do Médio rio Jequitinhonha, se os filhos dos agricultores familiares pretendem, ou não, suceder seus pais no comando das propriedades familiares e no controle da produção. Para alcançar o objetivo proposto, fora feita uma pesquisa quantitativa, descritiva, de campo e com aplicação de questionários aos estudantes da Escola da Família Agroecológica do município de Araçuaí e aos alunos da Escola da Família Agrícola de Jacaré, localizada na cidade de Itinga, situadas no território do Médio rio Jequitinhonha. Para os jovens a decisão de sair do campo é sempre difícil, na medida em que implica se distanciar dos familiares, da comunidade e de todo conhecimento que lhe foi transmitido até então. Como resultado, notou-se que os jovens do Médio Jequitinhonha sofrem de um dilema central: ou se retiram do território para realizar suas pretensões de estudo universitário, tensionando o debate sobre a sucessão rural; ou permanecem e assumem os trabalhos, dando continuidade à agricultura familiar. Ou seja, o problema da sucessão rural está bem vivo na zona rural do território do Médio rio Jequitinhonha.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural; Extensão rural; Juventude rural.

Rural succession in family farming in the Middle Jequitinhonha/MG

Abstract: Generational succession in family farming is the formation and permanence process of new generations of farmers. Thus, considering that the reproduction of family farming depends on how the succession process will be, there must be an interest in remaining in the countryside, continuing small-scale farming. The objective of this research is to identify, in an unprecedented way, in the territory of the Middle Jequitinhonha River, if the children of family farmers intend, or not, to succeed their parents in command of family properties and in control of production. To achieve the proposed objective, a quantitative, descriptive, field research was carried out and with the application of questionnaires to students of the Agroecological Family School in the municipality of Araçuaí and to the students of the Agricultural Family School of Jacaré, located in the city of Itinga, located in the territory of the middle Jequitinhonha river. For young people, the decision to leave the field is always difficult, as it implies moving away from family members, the community and all the knowledge that has been passed on to them. As a result, it was noted that young people from the Middle Jequitinhonha suffer from a central dilemma: either they withdraw from the territory to carry out their university study pretensions, tensioning the debate on rural succession; or they stay and take over the jobs, giving continuity to family farming. In other words, the problem of rural succession is very much alive in the rural area of the territory of the Middle Jequitinhonha River.

Keywords: Landless childhood; Pedagogical practices; Nature's resources; Childhood environmental education.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Rurais- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) – E-mail: daniela.luiz@ufvjm.edu.br.

² Docente no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Ambiente e Sociedade (PPGTS/UFVJM) e do Departamento de Ciências Econômicas, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: rogerio.fernades@ufvjm.edu.br.

³ Docente no Programa de Pós-graduação em estudos Rurais (PPGER) e no Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Doutor em Extensão Rural, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: ezequielredin@gmail.com.

⁴ Docente no Programa de Pós-graduação em estudos Rurais (PPGER) e no Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – E-mail: thiago.melo@ufvjm.edu.br.

Introdução

A reprodução da agricultura familiar é crucial na medida que ela é responsável pela produção de alimentos frescos diversificados ofertados nas feiras livres em diversos municípios brasileiros (GAZOLLA; AQUINO, 2021; RIBEIRO, 2011). Nesse sentido, o tema da sucessão rural adquire grande relevo, tanto do ponto de vista da investigação científica, quanto da perspectiva prática, pragmática, dentro da vida mesma dos agricultores brasileiros.

Se, por um lado, ter a quem transmitir a terra e o controle da produção garante a continuidade do cultivo de alimentos frescos, por outro lado, a inexistência dessa transmissão pode implicar em uma ruptura intergeracional no interior das famílias que detêm os saberes imprescindíveis para a agricultura de pequena escala. Dessa forma, em algum momento de suas vidas, os filhos dos agricultores familiares precisam decidir sobre sua permanência ou não no campo: um verdadeiro dilema, com potenciais implicações relevantes para o seu núcleo familiar e o futuro da comunidade (AHLERT, 2019; BREITENBACH; TRIAN, 2020; MATTE; MACHADO, 2016).

Dito isso, é importante registrar que o objetivo desta pesquisa é identificar especificamente no território do Médio rio Jequitinhonha se os filhos dos agricultores familiares pretendem, ou não, suceder seus pais no comando das propriedades familiares e no controle da produção agrícola em pequena escala. Como se verá neste artigo, no território do Médio rio Jequitinhonha, a agricultura familiar possui um grande peso junto à população rural de diversos municípios, o que reforça a importância da temática da sucessão rural.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, em face da escassez de trabalhos científicos sobre sucessão rural no território do Médio rio Jequitinhonha, decidiu-se realizar uma pesquisa de campo, com a finalidade de conhecer as intenções dos filhos de agricultores familiares. Pensando em viabilizar essa incursão a campo e ter contato em um mesmo local com jovens de vários municípios, escolheu-se aplicar um questionário estruturado aos estudantes da Escola Família Agrícola, presente tanto no município de Araçuaí, quanto de Itinga: ambos municípios presentes do Médio rio Jequitinhonha.

Esta incursão em campo foi orientada para a resposta da seguinte pergunta: no território do Médio rio Jequitinhonha, quais são as pretensões dos filhos dos agricultores familiares, no que se refere à sucessão de seus pais no comando de suas propriedades e no controle da produção agrícola em pequena escala familiar?

Por fim, convém registrar que decidiu-se organizar este artigo em sessões, a saber: 1) Introdução; 2) Referencial teórico; 3) Metodologia; 4) Resultados; 5) Conclusões e 6) Referências bibliográficas.

Referencial teórico

O território do Médio rio Jequitinhonha e a agricultura familiar.

Apoiando-se nas delimitações territoriais presentes na pesquisa de Pessoa (2016), considera-se que a mesorregião do Vale do Jequitinhonha é dividida em três microrregiões: Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. O Alto Jequitinhonha é composto por 22 municípios, contendo 96.187 habitantes no espaço rural e 176.661 no urbano. Por seu turno, o Médio Jequitinhonha conta com 18 municípios, contendo 135.482 habitantes no espaço rural e 153.465 no urbano. Por fim, o Baixo Jequitinhonha possui também 18 municípios, nos quais residem 56.287 habitantes no espaço rural e 143.006 no urbano.

Embora existam características socioeconômicas, políticas e culturais que particularizam cada uma das microrregiões dentro da mesorregião do Vale do rio Jequitinhonha, para o interesse desta pesquisa importa apontar alguns aspectos do Médio Jequitinhonha. Esse só fora oficializado em 2005 como um Território, sendo homologado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) de Minas Gerais e pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) (MINAS GERAIS, 2010). Nele, a propriedade rural é bastante heterogênea, seja no formato, seja na produção; coexistem tanto a pequena propriedade rural, de controle familiar, policultora de gêneros frescos, quanto as grandes fazendas, também de controle familiar, dedicadas exclusivamente à agropecuária leiteira e, principalmente, de corte. Não obstante, existem também grandes propriedades dentro das quais a principal atividade vem a ser a mineração. Ademais, é interessante observar que o Médio Jequitinhonha possui uma forte relação socioeconômica e política com o Vale do rio Mucuri, o qual se situa mais ao sul do rio Jequitinhonha, interpondo-se entre este e as demais regiões mais desenvolvidas economicamente, tal como se pode mencionar, apenas como exemplo, o Vale do rio Doce. (PESSÔA, 2016; RIBEIRO, 2011; PEREIRA *et al.*, 2016).

Ainda dentro do esforço de caracterização da microrregião Médio Jequitinhonha, vale a pena se remeter ao Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Médio Jequitinhonha. Nesse documento, os autores trazem à baila as seguintes observações sobre este território:

Situado no semiárido mineiro, com forte identidade cultural e com a marca - Vale do Jequitinhonha, com o rio Jequitinhonha com seu mais importante recurso natural, o território tem histórico de forte presença na luta sindical, na construção de práticas sustentáveis de produção e da pedagogia da alternância, com suas escolas Família Agrícola. O Território é caracterizado pelo clima semiárido que determina a maioria das condicionantes climáticas, com predominância do bioma caatinga e ocorrências de cerrado e mata atlântica. O IDH varia entre 0,595 e 0,689, sendo a média de 0,651, sendo que a média de Minas Gerais é de 0,774. Com índice de pobreza em torno de 46%, os municípios têm alto índice de população rural e a agricultura familiar tem participação expressiva

na mão-de-obra rural, mas em contrapartida verifica-se alto índice de concentração fundiária e forte migração da população rural. (MINAS GERAIS, 2010, s/p).

Após tais caracterizações, é importante ter uma ideia do tamanho das populações das cidades, bem como sua distribuição entre o espaço rural e urbano (Tabela 1). Considerando o Médio Vale do Jequitinhonha como um todo, tem-se 288.947 habitantes; dentre esses, 47% residem no espaço rural, ao passo que 53% moram no espaço urbano. Focando na cidade com maior população, surge em primeiro plano o município de Araçuaí, como população absoluta de 36.013 mil habitantes, dos quais 35% se encontram no espaço rural e 65% no urbano. Por outro lado, no extremo oposto, pode-se focar na cidade com menor população; assim, depara-se com o município de José Gonçalves de Minas, com menor população; são 4.553 habitantes, dos quais 25% residem no espaço rural e 75%, no urbano.

Tabela 1 - População dos municípios do Médio Jequitinhonha.

Municípios	População rural - 2010	%	População urbana - 2010	%	População total - 2010
Araçuaí	12.578	5%	23.435	5%	36.013
Berilo	8.412	8%	3.888	2%	12.300
Cachoeira de Pajeú	4.498	0%	4.461	0%	8.959
Carai	15.152	8%	7.191	2%	22.343
Chapada do Norte	9.495	3%	5.694	7%	15.189
Comercinho	4.751	7%	3.547	3%	8.298
Coronel Murta	2.424	7%	6.693	3%	9.117
Francisco Badaró	7.057	9%	3.191	1%	10.248
Itaobim	5.222	25%	15.779	75%	21.001
Itinga	7.853	55%	6.554	45%	14.407
Jenipapo de Minas	4.233	59%	2.883	41%	7.116
José Gonçalves de Minas	3.415	75%	1.138	25%	4.553
Medina	5.934	28%	15.092	72%	21.026
Novo Cruzeiro	20.203	66%	10.522	34%	30.725
Padre Paraíso	7.329	39%	11.520	61%	18.849
Pedra Azul	2.833	12%	21.006	88%	23.839
Ponto dos Volantes	7.314	64%	4.031	36%	11.345
Virgem da Lapa	6.779	50%	6.840	50%	13.619
TOTAL	135.482	47%	153.46	53%	288.947

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2010). Elaboração própria.

Ainda de acordo com Pessôa (2016), a taxa de crescimento da população absoluta do território do Médio Jequitinhonha sofreu alterações entre os anos 1991 e 2010, considerados os espaços rural e urbano. No interregno 1991 e 2000, a população rural decresceu de 172.291 para 149.068 (taxa de -15,6%) e, entre 2000 e 2010, continuou decrescendo, dos 149.068 para 135.482 (taxa de -10%). Comparativamente, tem-se os dados da população urbana do Médio Jequitinhonha, a qual cresceu. Senão, vejamos: no interregno 1991 e 2000, a população urbana cresceu de 108.473 para 137.729 (taxa de 19,4%) e, entre 2000 e 2010, continuou crescendo, dos 137.729 para 153.465 (taxa de 10,3%). Como parâmetro, tem-se as taxas nacionais: entre 1991 e 2000, a população rural do Brasil decresceu a taxa de -12,5%, ao passo em que entre 2000 e 2010, decresceu -6,8%. Por outro lado, a população urbana, entre 1991 e 2000, cresceu 19,6% e, entre 2000 e 2010, cresceu 14,3%.

Há de se salientar que a presente pesquisa adota uma conceituação específica sobre agricultura familiar, a saber, a que trazida pelo autor Silva (2008). Para ele, a agricultura familiar

[...] designa uma variedade de atores que possuem em comum sua ligação com o campo, através da atividade agrícola, com a utilização dos recursos naturais de que dispõe e o emprego de mão-de-obra familiar. Os agricultores familiares diferenciam entre si de várias maneiras, tais como o nível de renda, forma de exploração dos recursos, tipos de atividades, entre outras, além de diferenciarem-se também de acordo com a região brasileira e o bioma natural onde está inserida sua propriedade. [...]. Dessa forma, a agricultura familiar, abrangendo as diversas formas de campesinato existentes, consolida-se não apenas como um segmento econômico, mas também como um modo de vida estreitamente ligado à realidade local na qual as propriedades que a compõem se encontram (SILVA, 2008, p. 23).

A presença da agricultura familiar é algo muito expressivo no Médio Jequitinhonha se configurando como uma importante atividade econômica e produtiva da região (RIBEIRO, 2011; MINAS GERAIS, 2010). O Censo agropecuário de 2017, tal como exposto na Tabela 2, demonstrou o número de estabelecimentos agropecuários, suas áreas médias e a porcentagem dos que são classificados como agricultura familiar, dentro do território do Médio Jequitinhonha. Ali, pode-se notar que o município de Novo Cruzeiro possui a maior quantidade de estabelecimentos agropecuários, são 2.979 unidades, dos quais 87,7% pertencem à agricultura familiar, com área média de 28,8 hectares. Por outro lado, o município de José Gonçalves de Minas, possui 601 estabelecimentos agropecuários, dos quais 64,05 são da agricultura familiar, com área média de 34,3 hectares. Ainda assim, é interessante observar como a cidade de Pedra Azul possui uma concentração de grandes áreas de terras

em poucos estabelecimentos: são 671 estabelecimentos, dos quais 62,6% correspondem à agricultura familiar, com área média de 175,1 hectares, o que destoa dos demais municípios.

Tabela 2 - Número de estabelecimentos⁵, área⁶ e porcentagem de estabelecimentos de agricultura familiar⁷.

	Estabelecimentos agropecuários	Área média (ha)	Agricultura familiar (%)
Araçuaí	2.589	43,931881	83,2
Berilo	1.489	17,501276	85,6
Cachoeira de Pajeú	754	63,992458	73,2
Carai	2.310	26,865984	77,9
Chapada do Norte	2.262	14,058554	67,8
Comercinho	1.219	34,882	89,6
Coronel Murta	832	90,133583	67,8
Francisco Badaró	1.384	17,135937	84,2
Itaobim	897	45,552044	81,5
Itinga	1.230	68,639847	84,5
Jenipapo de Minas	697	17,215929	79,9
José Gonçalves de Minas	601	34,326637	64,05
Medina	1.658	62,076252	72,8
Novo Cruzeiro	2.979	28,827217	87,7
Padre Paraíso	777	30,418275	65,9
Pedra Azul	671	175,161367	62,6
Ponto dos Volantes	1.053	60,926777	76,5
Virgem da Lapa	1.108	38,098518	84,6

Fonte: Censo agropecuário 2017; elaboração própria.

⁵Estabelecimento agropecuário é toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, independentemente de seu tamanho ou de sua forma jurídica, tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família).

⁶Área média aqui diz respeito ao quociente entre a área total e a quantidade de estabelecimentos agropecuários localizados no município.

⁷Percentual de estabelecimentos agropecuários classificados como Agricultura Familiar em relação ao total de estabelecimentos agropecuários no município. A definição legal de Agricultura Familiar consta no Decreto n° 9.064, de 31 de maio de 2017.

Por fim, há de notar na Tabela 2 que os estabelecimentos de agricultura familiar apresentam em todos os municípios uma porcentagem acima de 60%. Fato que põe em relevo a importância dessa estrutura de organização da propriedade da terra para os municípios do território.

Sucessão rural, herança e migração

Após discorrer sobre o território do Médio Jequitinhonha e sua agricultura familiar, importa abordar o tema da sucessão geracional que pode ser definido como o processo de formação de novas gerações de agricultores familiares e, por consequência, de perpetuação de seu modo de vida; processo que possui três dinâmicas no interior da família, de sua propriedade e de suas atividades. São elas: 1) a sucessão profissional, quando apenas a gestão do negócio é passada para a próxima geração; 2) a transferência da propriedade da terra de forma legal, o que traz consigo os desafios da divisão da herança e 3) a aposentadoria dos pais, dinâmica a partir da qual eles se afastam do controle da propriedade, relegando-o à nova geração (GASSON; ERRIGTON *apud* ABRAMOVAY, 1998).

Salienta-se que a permanência da agricultura familiar no tempo está na dependência da sucessão entre as gerações. Isso porque o pequeno porte das atividades agrícolas não gera renda suficientemente volumosa para contratação de força de trabalho perene e externa ao núcleo da família. Desse modo, o uso de força de trabalho familiar para sustentar as atividades agrícolas de pequeno porte é central; se esse núcleo se desintegra, a atividade agrícola em si corre risco de desaparecer. Esse é o pano de fundo, quando uma família de agricultores familiares pensa e decide sobre a saída ou permanência dos seus filhos no espaço rural (BREITENBACH E TROIAN, 2020; MATTE E MACHADO 2016). O Quadro 1 resume uma série de fatores que envolve esse processo decisório.

A compra, doação e herança das terras, principalmente na modalidade intervivos, dentro do território do Médio Jequitinhonha, também adquiriram papéis importantes, na medida em que permitiram a formalização do acesso à terra das antigas fazendas. Tais procedimentos de registros de heranças em cartório, portanto, permitiram a vinculação das famílias e de suas terras às formalidades do Estado brasileiro: em outras palavras, “[...] o procedimento de registro cartorial se constituiu aos olhos destes moradores como uma garantia de seus direitos, na prática já consolidados sobre o território (TEIXEIRA, 2008, p. 79). Operou-se, portanto, uma conversão do estatuto jurídico dessas famílias: de posseiros a proprietários, oficializando a ocupação pretérita do território (TEXEIRA, 2008). Desta feita, a temática da herança é de grande relevância à sucessão geracional e continuidade das atividades agrícolas de pequeno porte, no território aqui abordado.

Não obstante, tanto a herança, quanto a sucessão, são afetadas de forma importante pelos processos migratórios. Os autores Noronha e Ribeiro (2007) salientam que a história do Vale do Jequitinhonha sempre foi marcada por

fortes movimentos migratórios, motivados por questões climáticas, tais como secas. Ademais, apontam que há uma relação intrigante entre migração, herança, propriedade da terra e continuidade das atividades agrícolas. Vejamos: considerando uma família de pequenos agricultores com 4 filhos. Se 3 desses migram definitivamente para a cidade, e não colocam nenhum empecilho, os pais podem transferir ao filho que permaneceu no campo a administração dos trabalhos e, por conseguinte, o estatuto de sucessor. Desse modo, a pequena propriedade não chega a ser dividida entre todos os herdeiros para atender às expectativas da herança (TEXEIRA, 2008).

Quadro 1 - Condicionantes e ações para saída e permanência dos jovens no meio rural.

Condicionantes e ações para permanência dos jovens no meio rural	Condicionantes e ações para saída dos jovens no meio rural
<ul style="list-style-type: none"> • Instituições de caráter técnico e promoção da extensão rural (atuando como fornecedoras de crédito, assistência técnica, aperfeiçoamento produtivo, informacional e fomento social); • Fortalecimento de grupos locais e das organizações de agricultores, com atividades voltadas para o lazer; • Tecnologia, modernização, máquinas e equipamentos que facilitem a realização das atividades agrícolas/ redução da penosidade do trabalho; • Valorização dos espaços rurais e reconhecimento da importância da agricultura; • Políticas voltadas para juventude rural, incluindo educação de qualidade, estímulo à projetos inovadores que façam do meio rural uma opção de vida; • Condições das famílias, tanto econômicas quanto sociais: viabilidade econômica, qualificação para a entrada de novos mercados, estratégias de obtenção de rendas complementares, relação entre pais e filhos, questão de gênero e a escolha profissional; • Opção por cursos na área agrícola maximiza suas chances de retorno ao meio rural. 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho penoso e difícil na agricultura; • Incertezas e dificuldades do trabalho agrícola; • Não participação e envolvimento nas atividades relacionadas à gestão e produção na propriedade; • Especificamente para as mulheres, pela precariedade de perspectivas, assim como pelo papel de submissas que continuam a ter as moças no interior das famílias agrícolas; • A constante recomendação que os pais dão aos filhos de irem em busca de estudo e opções de trabalho diferentes e a dificuldade que os pais encontram em motivar os filhos para o trabalho pesado na roça; • Maiores possibilidades de escolarização, maior integração cidade-campo, insatisfação dos ganhos, a penosidade e a imagem negativa do trabalho agrícola; • As famílias que possuem condições financeiras para oferecer apoio educacional acabam induzindo o jovem a migrar parcialmente para os centros urbanos, com o propósito de melhor qualificação de nível superior.

Fonte: Elaboração dos autores com base em; Abramovay et al. (1998); Tedesco (1999); Brumer et al., (2000); Abramovay (2005); Barral (2005); Mendonça et al., (2008); Alves; Marra (2009); Moraes (2011); Troian et al., (2011); Spanevello, Drebes, Lago (2011); Redin (2012); Breitenbach; Giareta (2015); Breitenbach; Corazza (2017); Troian, Breitenbach (2018b).

Fonte: BREITENBACH; TROIAN, 2020.

Portanto, no território do Médio Jequitinhonha esse processo de migração definitiva para a cidade é entendido como uma retirada voluntária que não fragmenta a terra e, contanto que ao menos um dos herdeiros permaneça na propriedade, permite a manutenção da agricultura familiar no Médio Jequitinhonha. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que gera esse benefício, exclui os demais membros, migrantes, da família da possibilidade de exercerem a função social de sucessores e também herdeiros; quando esses retornam para debater herança, instaura-se um momento de grande tensão

intrafamiliar (TEXEIRA, 2008).

Metodologia

As informações expostas neste estudo são baseadas na pesquisa financiada pelo Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC/FAPEMIG), aprovada pelo Edital CICT 008/2017. Esta pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva, com incursão em campo e aplicação de questionário. Convém registrar que o objetivo da presente pesquisa é identificar especificamente no território do Médio rio Jequitinhonha se os filhos dos agricultores familiares pretendem, ou não, suceder seus pais no comando das propriedades familiares e no controle da produção agrícola em pequena escala.

Para realizar esse objetivo, buscou-se, além de fazer um amplo levantamento bibliográfico pertinente ao tema, ir a campo e produzir dados a partir da aplicação de questionários. Foram utilizados questionários autoaplicáveis, contendo questões abertas e fechadas. Todos eles foram aplicados junto aos filhos de agricultores familiares, que frequentavam as Escolas da Família Agrícolas do Médio Jequitinhonha. São elas: a Escola Comunitária da Família Agrícola de Jacaré (EFA de Jacaré, fundada em 1994), localizada no espaço rural do município de Itinga e a Associação Escola Família Agroecológica de Araçuaí (EFA de Araçuaí, criada em 2009), localizada no espaço rural do município de Araçuaí. Tanto Araçuaí, quanto Itinga, são municípios pertencentes ao território do Médio Jequitinhonha. E as duas escolas supracitadas ofertam curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio (GONÇALVES, 2012).

Os sujeitos da pesquisa foram os estudantes do terceiro ano do ensino médio e os questionários foram aplicados ao cabo de 2018, precisamente quando eles se dedicavam a pensar o que fazer após o ensino médio. O questionário foi embasado em outros utilizados por Abramovay (1998), Mendonça (2008) e Spanevello (2008).

Os dados coletados foram tabulados e tratados de forma quantitativa utilizando-se planilhas do Microsoft Office Excel® e analisados a partir do método estatístico descritivo.

Resultados

Descrição das propriedades das famílias, do trabalho e educação formal

De imediato a pesquisa se deparou com uma dificuldade, a saber, na EFA de Itinga muitos alunos se ausentaram da escola reduzindo significativamente a turma do terceiro ano a apenas 5 estudantes, aos quais foram aplicados os questionários. As motivações para tal redução, levantadas pela pesquisa foram: demora e até mesmo falta de repasse orçamentário por parte do Estado

que afetou negativamente o custeio, a organização interna e desmotivou os estudantes. De outra parte, na turma da EFA da cidade Araçuaí deparamos com 25 estudantes e todos responderam aos questionários.

Dessa forma, foram aplicados 30 questionários. Os resultados demonstraram que 50% (15 alunos) do total dos alunos eram do sexo feminino e os outros 50% (15 alunos) do sexo masculino; todos com idade entre 17 e 25 anos.

Dos 30 estudantes entrevistados, 29 eram filhos de agricultores familiares, distribuindo-se nos seguintes municípios do Médio Jequitinhonha: 59% (17 estudantes), em Araçuaí; 17,2% (5 estudantes), em Itinga; 6,8% (2 estudantes), em Francisco Badaró; 6,8% (2 estudantes) em Coronel Murta; 3,4% (1 estudante), em José Gonçalves de Minas; 3,4% (1 estudante), em Berilo e outros 3,4% (1 estudante), em Virgem da Lapa.

Quando analisada a propriedade da família, compreendeu-se que dos 29 filhos de agricultores entrevistados, 24 eram proprietários e 5 não eram.

Também foi possível investigar como os pais obtiveram a propriedade da família. Dos 24 proprietários, 54% (13 unidades familiares), provém de sucessão por meio de herança. Outros 33% (8 unidades), as propriedades foram compradas de terceiros não advindo de processos de sucessão. Outros 8% (2 unidades), as famílias obtiveram uma parte da propriedade por meio de herança e outra adquirida ou comprada. Por fim, 4% (1 unidade), a propriedade foi comprada de parentes ou irmãos. O Gráfico 1 demonstra esses percentuais.

Gráfico 1 - Forma como a família obteve a propriedade.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Os dados permitem demonstrar o tempo em que as famílias residem em suas propriedades. Dos 29 agricultores familiares, 37,9% (11 agricultores) moram em suas terras há mais de 30 anos; outros 41,4% (12 agricultores), residentes entre

15 e 30 anos na propriedade. Por fim, 20,7% (6 agricultores) residem em suas terras há menos de 15 anos.

A aplicação dos questionários permitiu obter informações sobre a transmissão do conhecimento entre as gerações. Ao serem questionados se trabalham junto à família nas atividades agrícolas, 89,6% (26 estudantes) responderam afirmativamente e 10,3% (3 estudantes) disseram que não. Quando questionados quem lhes repassou o conhecimento do trabalho agrícola, 89,6% (26 estudantes) responderam que foi por intermédio dos pais; 0,06% (2 estudantes) relataram que foi exclusivamente por meio da mãe e 0,03% (1 estudante) somente pelo pai.

No que se refere aos estudos, muitos pretendiam cursar uma graduação, seja em universidade pública ou privada. A Tabela 3 demonstra o interesse deles por algumas graduações específicas: 21% pretendiam cursar Engenharia agrícola e ambiental; 11%, administração; 10%, Direito; outros 10%, Medicina veterinária; outros 10%, Agronomia; por fim, 38% demonstraram interesse em outros cursos, tais como Enfermagem, Engenharia Civil, Artes Visuais, Análise e desenvolvimento de Sistema, Marketing, Engenharia de Produção, Mecânica e Gastronomia. Algumas das pretensões, como Administração – por exemplo – podem estar influenciadas pela presença do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG, do município de Araçuaí (IFNMG, 2021). Outras escolhas, como engenharia agrícola e ambiental, Medicina veterinária, Agronomia, Engenharia de produção e Gastronomia, podem ter sido influenciadas pelo vínculo histórico dos jovens ao universo da agricultura familiar. De certa forma, são profissões que poderiam ser articuladas com a produção, atribuindo aos seus produtos mais valor agregado e maior renda à família. Certamente, isso influenciaria positivamente na permanência no campo, na sucessão geracional.

Tabela 3 - Curso superior de interesse.

Curso superior	(%)
Engenharia agrícola e ambiental	20,7 (6)
Administração	10,3 (3)
Direito	10,3 (3)
Medicina veterinária	10,3 (3)
Agronomia	10,3 (3)
Outros	37,9(11)

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Nas cidades do Médio Jequitinhonha, a presença de instituições de ensino, tal como o IFNMG, pode (como hipótese a ser estudada no futuro) influenciar nas escolhas e na permanência dos jovens em sua localidade de origem, na medida em que poderiam simultaneamente se dedicarem à formação acadêmica

e atuar na pequena propriedade agrícola.

Em relação às influências que os pais exercem sobre os filhos no momento de escolher a profissão, 65,5% (19 estudantes) responderam que não há interferência e 34,5% (10 estudantes) disseram que sim, há interferência.

No tocante aos irmãos dos 29 estudantes, pôde-se calcular que eles tinham somados um total de 83 irmãos, dos quais a faixa etária variava de 2 a 39 anos, sendo 19 anos a média da idade dos meninos e 18 aos, a média das meninas.

A partir dos questionários também foi possível observar o nível de escolaridade de 83 irmãos, considerados tanto os que moram na residência da família, quanto os que não moram. A Tabela 4 aponta o percentual de irmãos no ensino fundamental, médio e superior, sendo que do total dos irmãos, 2 ainda eram bebês, por isso não entraram para dados da tabela. Interessante observar que somente as jovens tiveram condições de finalizar o ensino superior e principalmente aquelas que residem em cidades.

Tabela 4 - Caracterização da escolaridade dos irmãos dos estudantes.

	Quantidade	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior
Masculino reside na cidade	10	20% (2)	80% (8)	0% (0)
Masculino reside no campo*	27	55,6% (15)	44,4% (12)	0% (0)
Feminino reside na cidade	19	5,3% (1)	52,6% (10)	42,1% (8)
Feminino reside no campo*	25	64% (16)	32% (8)	4% (1)
Total	81	42% (34)	46,9% (38)	11,1% (9)

Fonte: SILVA, 2019.

Referente ao local de moradia daqueles 83 irmãos tem-se o seguinte: 65% (54 indivíduos) residiam no campo; desses 63% (34 indivíduos) eram estudantes e 37% (20 indivíduos) eram agricultores. Por outro lado, 35% (29 pessoas) dos 83 irmãos residiam na zona urbana, dos quais 55% (16 indivíduos) estavam residindo em outras cidades de Minas Gerais e 45% (13 pessoas) estavam residindo ou na região metropolitana de Belo Horizonte, ou no Estado de São Paulo, Rio de Janeiro ou Espírito Santo.

No que diz respeito aos outros membros das famílias (pais, mães, tios, esposa e avó), que moram na mesma residência, notou-se que a pessoa de menos idade possuía 24 anos e o de mais idade possuía 70 anos. A Tabela 5 a seguir demonstra a escolaridade destes familiares, com destaque para a maior concentração de pessoas com Ensino fundamental, 70% da amostra. Além disso, destaca-se que há uma maior quantidade de homens analfabetos, em relação às mulheres: 16% para 6%, respectivamente.

Ao se comparar o nível de escolaridade dos familiares (pais, mães, tios, esposa e avó) e dos irmãos dos entrevistados, nota-se que os filhos possuem um nível

de escolaridade maior que o dos pais. Pois, quando se observa a quantidade de familiares que chegaram a cursar uma graduação o percentual é somente de 2%, sendo que do total, a maior parte parou os estudos no ensino fundamental. E quando se observa dos filhos, verifica-se que um percentual de 11,1% chegou a cursar uma graduação e nenhum era analfabeto. Além disso, também se constata que, na geração dos pais quanto na dos irmãos, os homens possuem nível escolar inferior ao das mulheres.

Tabela 5 - Caracterização da escolaridade dos familiares dos estudantes.

	Quantidade	Analfabeto	Ensino infantil	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior
Homens	32	16% (5)	6% (2)	72% (23)	6% (2)	0% (0)
Mulheres	32	6% (2)	6% (2)	69% (22)	16% (5)	3% (1)
Total	64	11% (7)	6% (4)	70% (45)	11% (7)	2% (1)

Fonte: SILVA, 2019.

A permanência dos jovens no campo

A permanência dos jovens no campo está também ligada à sua afinidade e afetividade em relação ao local onde residem. Ao serem questionados sobre isso, 93,1% (27 indivíduos) responderam positivamente e 6,9% (2 indivíduos) responderam negativamente. Os primeiros argumentam que a vida no campo é mais tranquila, segura e que têm memórias afetivas com a dinâmica da produção agrícola. De outra parte, os segundos, responderam negativamente em face das dificuldades presentes na vida de suas famílias.

Tais dificuldades foram organizadas na Tabela 6 adiante. Ganha evidência a falta de recursos financeiros que pode estar relacionada – como hipótese para checagem em pesquisas futuras – à ausência de apoio técnico ao cumprimento da burocracia para acessar as políticas públicas de financiamento, assim como à descontinuidade de tais políticas. Outra dificuldade destacada é a escassez hídrica, pois em algumas comunidades do município de Araçuaí somente se tem acesso ao recurso hídrico por meio de caminhões pipa, disponibilizados pela prefeitura municipal. A perda da produção por excesso de sol é outro problema, ou seja, as culturas agrícolas do médio Jequitinhonha (a exemplo de muitas) exigem uma relativa proporção entre exposição ao sol, à sombra, à água, aos nutrientes e às temperaturas adequadas, entre outros fatores. Nos anos que ocorrem poucas chuvas ou longas estiagens, a exposição ao sol se torna mais proeminente, mais prolongada, portanto. Nesses momentos, os agricultores dizem haver excesso de sol. Nesse cenário, geralmente ocorrem perdas na produção, seja por exemplo porque atrapalhou o processo da florada, seja porque atrapalhou o desenvolvimento de mudas, entre outras. Isso implica dificuldades aos agricultores que ou não conseguem instalar suas lavouras ou, se conseguem,

amargam perdas parciais ou até totais na produção. Ademais, tem-se as dificuldades nas vendas dos produtos. Elas podem estar relacionadas, como hipótese para pesquisas futuras, à impossibilidade de colheita e subsequente armazenamento; às distâncias percorridas para se chegar às feiras; à dificuldade de transporte para essas localidades; ao frete de retorno, que consiste em voltar ao sítio com o restante das mercadorias não vendidas; ao baixo preço pago pelos produtos da agricultura familiar.

Tabela 6 - Dificuldades enfrentadas pelas famílias⁸.

Dificuldades	Respostas cumulativas dos Estudantes
Falta de recursos financeiros	13
Escassez hídrica	13
Perda da produção por excesso de sol	2
Perda da produção por excesso de chuva	6
Dificuldade na venda dos produtos	15

Fonte: SILVA, 2019.

Quando perguntado aos estudantes suas opiniões em relação ao trabalho na agricultura familiar, 82,8% (24 indivíduos) responderam que seria possível viver no campo somente do trabalho agrícola e 17,2% (9 indivíduos) responderam que não é possível. No tocante a preferência, percebe-se que os meninos possuíam maior afinidade pelo trabalho na agrícola, quando comparado com as meninas, esse valor no primeiro caso é o dobro, tal como consta da Tabela 7.

Tabela 7 – Afinidade dos estudantes pelo trabalho agrícola.

Sexo	Gostam	Não gostam
Meninas (14 indivíduos)	10	4
Meninos (15 indivíduos)	13	2
Total	23	6

Fonte: SILVA, 2019.

A reflexão sobre permanecer ou não nas atividades agrícolas está articulada a alguns possíveis arranjos de futuro, digamos. Algumas opções desses arranjos foram relatadas e estão expostas a seguir, na Tabela 8. Observa-se que os meninos têm suas escolhas mais distribuídas entre as opções de futuro, ao passo que as meninas tenderam a escolher mais a vida no espaço urbano. Cabe aqui sinalizar, como hipóteses para pesquisas futuras, que tais escolhas se deram

⁸ Convém registrar que essa Tabela 6 fora composta por respostas cumulativas, ou seja, dentre as alternativas apresentadas aos estudantes, eles poderiam escolher mais de uma alternativa. Todas as escolhas cumulativas estão expostas na referida tabela.

pela negação de relações sociais hierárquicas que recaem mais fortemente sobre as mulheres no campo; pela negação de restrição das possibilidades de futuro dentro da dinâmica agrícola familiar ou de redução dessas possibilidades por conta da ausência de políticas públicas, de autodesenvolvimento e, por conseguinte, de permanência no espaço rural.

Tabela 8 - Relação das aspirações futuras dos estudantes, separadas por gênero.

Futuro desejado	Meninos	Meninas	Total
Permanecer na agricultura como proprietário e ser um agricultor	3	0	3
Permanecer na agricultura com tempo parcial até conseguir um emprego na cidade	4	4	8
Trabalhar e morar na cidade; não quer ser um agricultor	3	7	10
Trabalhar na cidade e morar na comunidade	3	2	5
Ficar no meio rural trabalhando em atividades não agrícolas	2	0	2
Somente estudar na cidade	0	1	1

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Cientes de que as decisões de futuro aportam implicações para a continuidade ou descontinuidade das atividades agrícolas, perguntou-se aos estudantes entrevistados o que pensavam a respeito do futuro da propriedade, quando os pais já não estivessem presentes. Dos 29 entrevistados, 27,6% (8 indivíduos) registraram que já haviam decidido que assumiriam o lugar de seus pais na produção agrícola; 10,3% (3 indivíduos) responderam que essa função estaria ao encargo de um irmão e, por sua vez, 62,1%, (18 indivíduos) responderam que essa temática ainda não tinha sido debatida na família e que a sucessão ainda não teria sido aventada.

Questionou-se aos estudantes se eles acreditavam que os filhos dos agricultores familiares da região em geral queriam exercer a mesma profissão dos seus pais. Os resultados expostos na Tabela 9 mostram que 89,7% (26 indivíduos) dos entrevistados pensavam que a maioria dos jovens da região não queriam ter a mesma profissão dos pais, ou seja, desejavam outros futuros e não pretendiam ser agricultores familiares. Ao passo que 10,3% (3 indivíduos) creem que os filhos dos agricultores familiares da região queriam sim exercer a mesma profissão dos seus pais.

Quando perguntados aos jovens se eles próprios desejavam se tornar agricultores, 70% (20 indivíduos) responderam afirmativamente, sendo as respostas baseadas em razões de cunho afetivas, ao passo em que 30% (9 indivíduos) responderam negativamente; suas justificativas eram a ausência de condições ao autodesenvolvimento, a baixa remuneração e o perfil pesado da atividade agrícola.

Tabela 9 - Porcentagem dos estudantes que acreditam, ou não, que os filhos dos agricultores familiares da região queiram exercer a mesma profissão dos seus pais.

Sexo	Acreditam que sim	Acreditam que não
Meninas	2	12
Meninos	1	14
Total	3	26

Fonte: SILVA, 2019.

Aos filhos dos agricultores familiares foi perguntado o que poderia ser realizado para incentivar a permanência dos jovens no espaço rural. Dos 29 alunos, 41,4% (12 indivíduos) responderem ser importante o desenvolvimento de projetos específicos para os jovens. De outra parte, 27,6% (8 indivíduos) responderam ser relevante a instalação de Cursos de Nível Superior, de interesse dos jovens, dentro das Escolas Famílias Agrícolas, para evitar que esses sejam forçados a buscar alternativas em outras cidades. Outros, 17,2% (5 indivíduos) salientaram a importância de se desenvolver projetos e políticas voltados aos jovens. Para 6,9% (2 indivíduos) há de se propor a criação de cooperativas entre jovens. E, finalmente, outros 6,9% (2 indivíduos) consideraram que apenas ter mais políticas voltadas para os jovens filhos de agricultores familiares já bastaria.

Quando perguntado aos estudantes quais seriam os programas públicos acessados por suas famílias, verificou-se que 31% (9 indivíduos) das famílias acessavam Pronaf; 27,6% (8 indivíduos) haviam acessado o Seguro Safra; 6,9% (2 indivíduos) haviam acessado o PNAE. Todavia, 20,7% (6 indivíduos) responderam que suas famílias não haviam acessado programas públicos. Por fim, 13,8% (4 indivíduos) disseram que não sabiam.

Intrigante que, a despeito de todas as dificuldades registradas nos questionários aplicados, quando se perguntou aos estudantes se tinham um interesse em comprar um terreno, todos responderam afirmativamente, pretendem comprar seu próprio terreno. Outrossim, dos 29 entrevistados, 69% (20 indivíduos) disseram que, depois de adquirir o imóvel, produziriam culturas já presentes na região; 31% (9 indivíduos) responderam que desejavam plantar culturas inéditas na região.

Limites da pesquisa

A presente pesquisa conta com alguns limitantes, sobre os quais passa-se a discorrer: 1) ela conta com dados do CENSO de 2010, pois o atraso na realização do CENSO não nos permitiu a atualização devida. 2) A pesquisa conta com uma quantidade pequena de Escolas da Família Agrícola, visto que no início pretendíamos articular a aplicação dos questionários em 4 escolas;

Silva et al.

não obstante nossas intenções, por vários motivos que convém registrar aqui, não logramos sucesso; por fim, concentrou-se os esforços em duas EFAs. 3) A pesquisa acabou ficando com uma amostra sem validade estatística, o que nos fez abdicar de fazer testes de correlação como Qui-quadrado, entre outros; segundo, porque, depois de articulada a aplicação dos questionários naquelas duas EFAs restantes, houve uma evasão escolar em ambas as escolas, mas notadamente na EFA de Itinga, a qual teve a sala reduzida a 5 estudantes apenas: resultado evidente da desestruturação das formas públicas de apoio à educação no meio rural. E, por fim, 4) Falta de recursos financeiros à pesquisa, para custear os deslocamentos necessários da cidade de Teófilo Otoni, onde fica sediada a Universidade Federal dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha (UFVJM), para as cidades de Araçuaí e Itinga, onde estão localizadas as EFAs investigadas. Portanto, é preciso aprofundar a pesquisa.

Conclusões

Em que pese a necessidade premente de aprofundamento das investigações sobre a sucessão rural no território do Médio Jequitinhonha, a pesquisa em tela permitiu a extração de algumas conclusões, a partir dos dados levantados.

Observou-se que a maioria das terras pertencia às famílias que detinham o título de proprietários de terra; que todas passaram por um processo de formalização jurídica. Notou-se que muitos residiam na propriedade entre 15 e 30 anos.

De outra parte, as principais dificuldades presentes no campo foram: falta de recursos financeiros, perda da produção por excesso de sol, escassez hídrica e dificuldades para a venda das mercadorias agrícolas.

A pesquisa também identificou que as famílias dos entrevistados tinham suas produções vinculadas aos programas públicos de incentivo à agricultura familiar, quais sejam, Pronaf, Seguro Safra e PNAE, em que pese algumas não terem acessado nenhum desses. Todos programas em franco processo de desmonte e fragilização.

Observou-se que o fato de serem filhos de agricultores promoveu um vínculo profundo com o trabalho agrícola e que o conhecimento transmitido pelos pais se mostrou imprescindível à sua realização. Notou-se que a lida com os trabalhos rurais não lhes fechou o horizonte de pretensões em relação aos estudos ao nível superior: todos os entrevistados pretendiam fazer uma graduação, direcionando tais anseios às mais diversas formações, umas voltadas à dinâmica rural, outras ao espaço da cidade. Constatou-se que, embora houvesse um papel central dos pais na transmissão do conhecimento para a lida na agricultura, a maioria dos estudantes revelaram que eles não influíram em suas decisões sobre qual profissão seguir.

Ademais, para registro, descobriu-se que há um estímulo ao ingresso no ensino superior ou mesmo técnico pela presença de instituições públicas, tais

como do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), sediado no município de Araçuaí, bem como da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, com quatro *campi* em Minas Gerais.

A pesquisa anotou que os 29 entrevistados possuíam 83 irmãos, dos quais uma minoria cursava o ensino superior. Desses, 35% (29 pessoas) residiam em cidades, nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Nota-se a presença de familiares que, por estarem já distantes, aumentam (pelo menos em hipótese) as chances de não sucederem seus pais junto ao trabalho agrícola.

Em relação aos pais, mães, tios e avós dos entrevistados, a pesquisa constatou que os filhos desses agricultores rurais, ao pretenderem estar no ensino superior, estão empenhados em superar uma barreira histórica de grandes proporções. Barreira essa agravada pela baixa densidade de instituições de ensino superior públicas, inseridas dentro do território do Médio Jequitinhonha.

Constatou-se também o vínculo afetivo e a afinidade que eles possuem com o espaço rural, conflitando com suas pretensões de formação acadêmica. De fato, isso se configurou em um dilema de futuro, cujo enfrentamento estava em suspensão para a maioria dos entrevistados: ou partir do território para se graduar; ou partir para se graduar e retornar para suceder os pais; ou permanecer para dar vasão imediata à sucessão rural e suas motivações de afeto e afinidade.

A pesquisa observou ainda que os entrevistados expressaram algumas de suas opiniões em duas dimensões distintas e relativamente conflitantes: por um lado, eles dão mostras de que desejam permanecer no campo. Por outro, eles dão a entender que, na região como um todo, os filhos dos agricultores não querem eles mesmos se transformarem em agricultores. Ao expressarem suas opiniões em duas dimensões distintas e relativamente conflitantes, eles repõem mais um dilema: aquele entre seu desejo de ficar e suceder imediatamente seus pais na atividade agrícola e a sua convicção de que os demais filhos dos agricultores familiares da região como um todo querem partir para fora do território.

Por fim, salienta-se que este território do Médio rio Jequitinhonha guarda em si muitos objetos de estudos, sobre os quais a ciência brasileira precisa ainda se debruçar com a atenção devida. É possível compilar algumas hipóteses que se desdobraram desta pesquisa e ficam para o futuro. São elas: 1) a presença de instituições de ensino superior influencia positivamente as escolhas das profissões pelos jovens. 2) A falta de recursos financeiros decorre também da ausência de apoio técnico ao cumprimento da burocracia para acessar políticas públicas de financiamento. 3) As dificuldades em vender a produção agrícola estão relacionadas à impossibilidade de colheita e subsequente armazenamento; às distâncias percorridas para se chegar às feiras; à dificuldade de transporte para essas localidades; ao frete de retorno para as mercadorias não vendidas; ao baixo preço pago pelos produtos da agricultura familiar. 4) As meninas, mais do que os meninos, têm suas escolhas de futuro vinculadas às cidades como resistência às relações sociais hierárquicas no campo; à restrição das possibilidades de

Silva et al.

futuro dentro da dinâmica rural ou de redução dessas possibilidades por conta da ausência de políticas públicas, de autodesenvolvimento e, por conseguinte, de permanência no espaço rural. 5) Familiares que, por estarem já distantes de seus territórios de origem, aumentam as chances de não sucederem seus pais junto ao trabalho agrícola.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo(coord); SILVESTRE; M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, T.; FERRARI, D.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**, 1. Ed., Brasília, Unesco, 1998. 104p.

AHLER, L. Estratégias que auxiliam o processo de sucessão nos empreendimentos agropecuários. In: DINIZ, F. H. Desafios e perspectivas de jovens latino-americanos na sucessão familiar da atividade leiteira. Brasília/DF: **Embrapa**, 2019, Capítulo 1, p.11-67.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 02 jan. 2021.

BREITENBACH, R. E TROIAN, A. Permanência e sucessão no meio rural: o caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, jan/abr 2020, Vol. 56, N. 1, p. 26-37.

GASSON, R. ERRINGTON, A. The farm Family business. Wallingford: Cab International, 1993. 290p. In.: ABRAMOVAY, R. *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**, Brasília, Unesco, 1998.

GAZOLLA, M; AQUINO, J. R. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. v. 29 n.2: **Estudos Sociedade e Agricultura**, jun. a set. 2021. p. 427-460. DOI: [10.36920/esa-v29n2-8](https://doi.org/10.36920/esa-v29n2-8).

GONÇALVES, M. A. **Currículo em ação: ensino médio integrado ao curso profissionalizante na escola família agrícola (EFA) de Jacaré, Itinga- MG**. 2012. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas gerais, Belo Horizonte - MG, 2012.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. Brasil, 2017.

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura

familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, 2016. N. 37, V.18. p. 130-151.

MENDONÇA, K. F. C. **Sucessão, formação e migração**: destinos de duas gerações de agricultores familiares do Alto Jequitinhonha, MG. 2008. 119f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2008.

MINAS GERAIS, **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)** – Documento de qualificação, Território da cidadania Médio Jequitinhonha, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS (IFNMG). Disponível em: <https://www.ifnmg.edu.br/cursos-aral/cursosuperiores>. Acesso em: 10 fev. 2019.

NORONHA, A. B.; RIBEIRO, E. M. As dádivas da terra, In: RIBEIRO, E. M. (coord.) **Feiras do Jequitinhonha**: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semiárido de Minas Gerais, 1 ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; [Lavras]: Universidade Federal de Lavras, 2007. 244 p. (Coleção BNB Projetos Sociais, n. 1).

PEREIRA, V. G.; RIBEIRO, E. M.; ALMEIDA, A. F. **A gestão territorial do Médio Jequitinhonha**: entre dificuldades e possibilidades. Editora: Unijuí, **Desenvolvimento em Questão**, [S.l.], jun. 2016, v. 14, n. 35, p. 142-176. DOI: 10.21527/2237-6453.2016.35.142-176.

PESSÔA, M. de O. **Instituições e desenvolvimento**: uma análise a partir do Médio Vale do Jequitinhonha – MG, 2016. 206f. Tese (Doutorado em sociologia política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2016.

RIBEIRO, E. M. (coord.); AYRES, E. C. B.; NORONHA, A. F. B.; GALIZONI, F. M.; MELO, A. P. G.; CARVALHO, A. A.; MOURA, R. C.; MOREIRA, T. M. B.; SILVA, A. B.; SANTOS, A. S.; ALMEIDA, A. F. C. S.; CALDAS, A. L.T.; JESUS, G. A.; OLIVEIRA, K. L.; OLIVEIRA, N. M.; SANTOS, T. R.; NIZA, V. F. C. **Projeto de apoio à gestão social do Território do Médio Jequitinhonha**, Relatório MDA/SDT/CNPq – Célula do Território do Médio Jequitinhonha-MG, Projeto de apoio à gestão social do Território do Médio Jequitinhonha, processo N°. 05/2009, set. 2011.

SILVA, D. L. **Sucessão rural**: o futuro da agricultura familiar no Médio Jequitinhonha, em Minas Gerais. 2019. 138f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, 2019.

SILVA, S. P. **Políticas públicas e agricultura familiar**: uma abordagem territorial do Pronaf no Médio Jequitinhonha, 2008. 171f. Dissertação (Mestrado em Economia)

Silva et al.

- Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

SPANVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

TEIXEIRA, R. O. S. **Dividir em Comum**: Práticas costumeiras de transmissão do patrimônio familiar no Médio Jequitinhonha – MG.2008. 189f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.